



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Impacto da Dimensão do Auditor na Qualidade da Auditoria em Portugal

por

Ana Beatriz Coelho Moreira

Católica Porto Business School
Novembro 2024



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Impacto da Dimensão do Auditor na Qualidade da Auditoria em Portugal

Trabalho Final na modalidade de Dissertação apresentado à Universidade
Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Auditoria e Fiscalidade

por

Ana Beatriz Coelho Moreira

sob orientação de
Professora Doutora Maria José Martins Lourenço da Fonseca
Professor Doutor Ricardo Miguel Martins da Costa Ribeiro

Católica Porto Business School
Novembro 2024

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora Maria José Fonseca, gostaria de agradecer, por toda a ajuda e paciência ao longo deste processo.

Ao meu coorientador, Professor Doutor Ricardo Ribeiro, um agradecimento especial, pela sua constante disponibilidade, esclarecimentos e por nunca ter desistido de me ajudar.

Por fim, à minha família, em particular aos meus pais, por todo o apoio incondicional, por nunca me deixarem desistir e por sempre acreditarem em mim.

A todos o meu sincero, obrigada.

Resumo

A má qualidade da auditoria associada a informações financeiras enganosas pode ter graves consequências nos mercados financeiros, o que gera uma crescente preocupação por parte dos *stakeholders* que procuram, cada vez mais, informação fidedigna sobre a situação financeira das empresas.

Consequentemente, compreender os determinantes que podem comprometer a qualidade da auditoria tornou-se um assunto de extrema importância para os utilizadores de informação financeira (Salehi et al., 2019).

Importa notar que sempre existiu um debate entre as empresas de auditoria de dimensão maior e as de menor dimensão (Big 4 ou Não Big 4) e sobre qual delas apresentaria melhor qualidade da auditoria.

Deste modo, esta dissertação tem como objetivo analisar se existe relação entre a dimensão do auditor e a qualidade da auditoria, em Portugal.

Para quantificar a manipulação de resultados (MR), foi utilizado o Modelo de Jones Modificado, estimando os *accruals* discricionários, e uma regressão linear baseada na equação de Lawrence, et al. (2011).

A amostra é composta por 16.540 empresas portuguesas, para o período compreendido entre 2020 a 2022, inclusive.

Os resultados obtidos indicam que empresas auditadas por Big 4 apresentam maior manipulação de resultados face a empresas portuguesas auditadas por não Big 4.

Palavras-chave: Auditoria; Qualidade da auditoria; Dimensão do auditor; Manipulação de resultados; *accruals* discricionários.

Abstract

A low audit quality associated with misleading financial statements can have severe consequences in the financial markets, leading to increasing concerns among stakeholders who seek reliable financial statements from companies.

Consequently, understanding the determinants that affect the quality of an audit has become an extremely important issue for the financial information users (Salehi et al., 2019).

It is worth noting that there has always been a debate between larger and smaller auditing firms (Big 4 or Non-Big 4) regarding which presents better audit quality.

In this sense, this dissertation aims to analyze whether there is a relationship between the size of the auditor and the quality of the audit in Portugal.

In order to quantify earnings manipulation (EM), the Modified Jones Model was used, estimating the discretionary accruals, and a linear regression based on the Lawrence, et al. (2011) equation.

The sample consists of 16,540 companies for the period from 2020 to 2022, inclusive.

The results obtained show evidence that Portuguese companies audit by Big 4 exhibit more earnings manipulations than Portuguese companies audit by Non Big 4.

Key words- Auditing; Audit Quality; Auditor Size; Earnings Management; Discretionary accruals.

Índice

Agradecimentos	v
Resumo.....	vii
Abstract	ix
Índice de Figuras.....	xiv
Índice de Tabelas	xvi
Capítulo 1 Introdução	1
Capítulo 2 Revisão de Literatura.....	4
2.1. Auditoria e Qualidade da auditoria	4
2.1.1 Conceito de Auditoria	4
2.1.2 Conceito de Qualidade da Auditoria	5
2.1.3 Medição da Qualidade da Auditoria	7
2.2 Determinantes da Qualidade da Auditoria	8
2.2.1 Dimensão da Empresa de Auditoria.....	8
2.2.2 Características da Empresa Auditada.....	10
Capítulo 3 Hipótese Teórica e Método.....	13
3.1. Hipótese Teórica	13
3.2. Método	14
Capítulo 4 Aplicação Empírica	18
4.1. Descrição da Amostra	18
4.2. Estatísticas Descritivas	20
4.3. Análise Preliminar	22
4.4. Resultados da Estimacão da Equacão (2).....	23
Capítulo 5 Conclusão	26
Bibliografia.....	28

Índice de Figuras

Figura 1 Análise preliminar da média de manipulação de resultados em empresas auditadas por Big 4 e Não Big 4.

Índice de Tabelas

Tabela 1 Estatística Descritiva das variáveis.

Tabela 2 Resultados da Estimação do Modelo de Jones Modificado *Cross-sectional*.

Tabela 3 Resultados do Modelo de Regressão Linear.

Capítulo 1

Introdução

Os escândalos financeiros ocorridos no início do século XXI, de que são exemplo o colapso de empresas como a WorldCom (2002), Tyco (2002), Enron (2001) e a subsequente falência da Arthur Andersen (2002), corroeram a confiança na informação financeira e provocaram um debate mundial sobre o papel da auditoria na prevenção e detecção de práticas de manipulação de resultados, por vezes fraudulentas, pelas diversas partes interessadas.

Neste sentido, a auditoria tem um papel fundamental nesta temática uma vez que garante, conforme Neri & Russo (2014) explicam, a implementação das normas contabilísticas pelas entidades que as reportam e que as demonstrações financeiras sejam confiáveis, transparentes e úteis para o mercado.

No entanto, o processo de auditoria apresenta certas condicionantes que podem influenciar a qualidade da mesma. Determinantes como a dimensão e especialização do auditor, os honorários de auditoria, entre outros, apresentam limitações para o processo de auditoria, podendo ter impacto na qualidade da auditoria.

Consequentemente, entender os determinantes que podem colocar em causa a qualidade da auditoria tornou-se um assunto de extrema importância para os utilizadores de informação financeira, auditores e reguladores. Explorar os fatores que influenciam a qualidade da auditoria pode fornecer algumas

estratégias para os investidores que resultará numa tomada de decisão racional (Salehi et al., 2019).

Os determinantes da qualidade da auditoria são os fatores que influenciam a eficácia e o rigor de um trabalho de auditoria, impactando a sua qualidade. Um fator que tem sido objeto de grande debate por diferentes autores tem sido a relação entre a qualidade da auditoria e dimensão do auditor (Dopuch & Simunic, 1980; DeAngelo, 1981; Becker et al., 1998; Khurana et al., 2004; Choi et al., 2017; Eshelman & Guo, 2014; Comprix & Huang, 2015; Lopes, 2018; Jiang et al. 2019).

Existem evidências na literatura de que a auditoria é melhor nas empresas de auditoria de maior dimensão (DeAnegelo, 1981; Lennox, 1999; Francis et al., 1999).

Por outro lado, outros autores argumentam que as empresas de auditoria de menor dimensão apresentam uma qualidade da auditoria igual ou superior (Tendelloo & Vanstraelen, 2005; Boone et al, 2010; Wong et al., 2016).

É na ótica de tentar aprofundar mais o tema e analisar a relação entre a dimensão da empresa de auditoria e a qualidade da auditoria no contexto português que se centra a presente dissertação.

Para tal, foi utilizado um modelo de regressão linear múltipla baseado no modelo de Lawrence et al. (2011) para aferir se existe relação estatisticamente significativa entre a dimensão do auditor e a qualidade da auditoria, tendo como variável independente a dimensão do auditor e variável dependente a manipulação de resultados, medida pelo valor absoluto dos *accruals* discricionários.

Através do Modelo de Jones Modificado por Dechow et al. (1995) estimou-se os *accruals* discricionários ao subtrair os *accruals* não discricionários ao total de *accruals*. Para além destas, consideraram-se variáveis de controlo e efeitos fixos para o setor de atividade e o ano.

A amostra utilizada nesta dissertação é constituída por 14.276 empresas portuguesas, entre os anos 2020 a 2022, inclusive.

Os resultados indicam que em média a manipulação de resultados nas empresas da amostra é de 18,19% dos ativos do ano anterior.

Além disto, os nossos resultados evidenciam que algumas características da empresa auditada influenciam significativamente a manipulação de resultado e consequentemente a qualidade da auditoria.

Os resultados sugerem que empresas com maior nível de endividamento sobre os ativos do ano anterior maior dimensão apresentam uma relação negativa com a manipulação de resultados. Por sua vez, quando as empresas portuguesas apresentam um retorno operacional sobre os ativos negativo no ano anterior, os resultados indicam que as empresas manipulam mais.

No que diz respeito ao tamanho do auditor, verifica-se que empresas auditadas por Big 4 apresentam uma relação positiva estatisticamente significativa face à manipulação de resultados, isto é, empresas auditadas por Big 4 apresentam manipulação de resultados superiores face a empresas auditadas por não Big 4.

A presente dissertação encontra-se dividida em 5 capítulos, para além desta introdução. O capítulo 2 apresenta a revisão da literatura sobre o tema, que se inicia com uma abordagem teórica aos conceitos de auditoria e qualidade da auditoria e sumariza as conclusões da literatura relevante sobre a relação entre a qualidade da auditoria e a dimensão da empresa de auditoria e características da empresa auditada. Seguidamente, o capítulo 3 apresenta o modelo econométrico e no capítulo 4 expõem-se os resultados da estimação do mesmo. Por fim, no quinto capítulo apresentam-se as conclusões do trabalho.

Capítulo 2

Revisão de Literatura

2.1 Auditoria e Qualidade da auditoria

2.1.1 Conceito de Auditoria

A auditoria conforme definida por Knechel et al. (2013) é um serviço profissionalmente prestado por especialistas para dar resposta à procura económica e regulatória. Esta, reduz as assimetrias de informação que existem entre os gerentes e os *shareholders* da empresa, conforme sugerido por Becker, et al. (1998), permitindo que pessoas externas verifiquem a validade das demonstrações financeiras.

A ampliação deste conceito é dada por Arens et al. (2017) que caracteriza a auditoria como um processo de acumulação e verificação de provas sobre a informação, de forma a determinar e reportar o grau de correspondência entre a informação e o critério estabelecido na sua elaboração.

De acordo com DeFond & Zhang (2014) os auditores têm a responsabilidade de verificar se as demonstrações financeiras (DF) seguem os GAAP (princípios contabilísticos geralmente aceites) e, adicionalmente, se as divulgações nas DF refletem de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a situação económico-financeira e o desempenho da entidade. Assim, a verificação do auditor externo adiciona credibilidade às DF das empresas. Por sua vez, Kumar, et al. (2015) defendem que o objetivo primário de uma auditoria financeira independente é determinar se as demonstrações financeiras apresentam uma visão factual e imparcial da posição financeira e dos resultados de uma empresa. A descoberta de erros e fraudes, embora pareça ser o objeto central da auditoria, é apenas um objetivo incidental.

2.1.2 Conceito de Qualidade da Auditoria

Little et al. (2018) destacam o debate, que tem ocorrido ao longo dos anos, em relação à qualidade da auditoria.

O termo “qualidade da auditoria” possui diversas definições em todo mundo, no entanto, nenhuma delas alcançou o *status* de uma definição globalmente reconhecida. Trata-se de um assunto complexo, e, portanto, pode ser desafiador avaliar a qualidade da auditoria (FEE, 2016).

Todavia, a definição mais aceita é a de DeAngelo (1981) que define a qualidade da auditoria como a probabilidade de um determinado auditor encontrar uma distorção nas demonstrações financeiras do cliente e reportar essa mesma distorção.

Corbella et al. (2012) definem esta como sendo uma função da formação, experiência e conhecimentos dos auditores em relação aos padrões profissionais, bem como da sua independência e objetividade, do conhecimento das operações e do setor do negócio do cliente, e do relacionamento de trabalho da equipa de auditoria com a gestão da empresa auditada.

DeAngelo (1981) acrescenta que a probabilidade de que um auditor específico descubra uma violação depende das capacidades tecnológicas do auditor, dos procedimentos de auditoria utilizados numa auditoria específica, da extensão da amostragem, etc. A probabilidade condicionada de relatar uma violação descoberta é uma medida da independência do auditor em relação a um cliente específico.

A qualidade da auditoria ganhou ainda mais atenção após escândalos corporativos, como o da Eron (2001), WorldCom (2002), Tyco (2002), HealthSouth (2003), American Insurance Group (2005), Bernie Madoff (2008) e Lehman Brothers (2011) (Little, et al., 2018).

Os referidos escândalos financeiros levaram à criação da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, nos EUA, de modo a proteger investidores, melhorando a precisão e confiabilidade das divulgações corporativas.

Os requisitos da Lei incluíram reformas para fortalecer a responsabilidade corporativa em relação aos relatórios financeiros, independência de auditores e a criação do Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB). O PCAOB tem a responsabilidade de supervisionar as empresas que auditam entidades cotadas, além de ter autoridade para estabelecer padrões de auditoria e atestação relacionados, controlo de qualidade, ética e independência de auditores em conexão com auditorias de empresas cotadas (GAO, 2003).

Na Europa, a proteção dos investidores, também se tornou uma preocupação manifestada pela publicação do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho da UE, de 19 de Julho de 2002, que estabeleceu que todas as empresas cotadas nos mercados regulamentados da UE deveriam, a partir de 2005 elaborar as suas demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS (International Financial Reporting Standards).

Posteriormente, a UE implementou uma reforma da auditoria através do Regulamento (UE) 537/2014 relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público e da Diretiva 2014/56/UE relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas.

Em Portugal, em alinhamento com a legislação europeia, houve uma reforma legislativa através da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, que aprovou o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e a Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, que transpôs a Diretiva 2014/56/UE, e veio aprovar o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria.

2.1.3 Medição da Qualidade da Auditoria

Os *proxies* possibilitam a avaliação da qualidade da auditoria de forma indireta ao examinar fatores ou *outcomes* (Beasley, 1996).

Na literatura, diversos *proxies* são utilizados para mensurar a qualidade da auditoria, sendo um dos mais utilizados a manipulação de resultados.

Segundo Healy & Wahlen (1999) manipulação de resultados ocorre quando a gestão recorre a julgamento no relato financeiro e na estruturação das transações, de modo a alterar as demonstrações financeiras de forma a influenciar as decisões dos *stakeholders*.

Manipulação de resultados é a declaração intencional incorreta dos resultados, levando a números finais que teriam sido diferentes na ausência de qualquer manipulação. Quando os gestores tomam decisões não por razões estratégicas, mas exclusivamente para alterar resultados, isso pode ser considerado como manipulação de resultados (Mohanram, 2003).

Neste sentido, uma auditoria de alta qualidade tem o potencial de detetar manipulação de resultados.

A efetividade da auditoria, e a sua habilidade de restringir manipulação de resultados, é expectável que varie com a qualidade do auditor. Em comparação com auditores de baixa qualidade, auditores de alta qualidade são mais propensos a detetar práticas contabilísticas discutíveis e, quando detetadas, se opor ao seu uso e/ou qualificar no relatório de auditoria. Por isso, auditores de alta qualidade atuam como um forte impedimento à manipulação de resultados, porque a reputação da empresa de auditoria será, provavelmente, prejudicada se relatórios incorretos forem detetados e revelados (Becker, et al., 1998).

Manipulação de resultados é tipicamente estudada utilizando *accruals* discricionários.

Os *accruals* totais são compostos por *accruals* não discricionários e discricionários. Na atividade real das empresas, alguns ajustamentos por *accruals*

são consistentes com o regime contabilístico, sendo até necessários para proporcionar uma boa perceção da situação económica da empresa (Carvalho et al. 2020). A estes referimo-nos como *accruals* não discricionários. Por sua vez *accruals* discricionários, são aqueles que não resultam da atividade real da empresa e são geralmente associados com manipulação de resultados.

O Modelo de Jones Modificado é uma metodologia amplamente utilizada para avaliar a qualidade da auditoria, especialmente no que diz respeito à deteção de manipulação de resultados através de *accruals* (Lopes, 2018).

2.2. Determinantes da Qualidade da Auditoria

2.2.1 Dimensão da Empresa de Auditoria

É frequente que as empresas de auditoria sejam classificadas em duas categorias: *Big 4*¹ e Não-*Big 4*.

Arens et al. (2017) identificam fatores como o total de volume de negócios, o número de sócios, o número de funcionários profissionais e o número de escritórios como indicador do tamanho da empresa de auditoria, que pode levar à seguinte classificação alternativa: *Big 4* empresas internacionais, empresas regionais, grandes empresas locais e pequenas empresas locais. Colbert et al. (1999) acrescentam fatores como o total do número de clientes da empresa.

Diversos estudos foram realizados de modo a analisar o possível impacto que a dimensão da empresa de auditoria pode ter na qualidade desta, evidenciando uma associação positiva entre auditores de grande dimensão e a qualidade da auditoria (DeAngelo, 1981; Becker et al., 1998; Eshelman & Guo, 2014; Comprix & Huang, 2015; Choi et al., 2017; Prazeres & Pais, 2017; Lopes, 2018).

¹ As atuais Big 4 incluem a Deloitte, Ernst & Young (EY), KPMG e PricewaterhouseCoopers (PwC).

Comrix & Huang (2015) encontraram que empresas de auditoria de menor dimensão estão associados a maiores níveis de manipulação de resultados, quando estimados através de *accruals* discricionários.

No entanto, alguns estudos recentes chegaram à conclusão oposta, como se expõe adiante.

DeAngelo (1981) argumentou que os auditores de maior dimensão têm mais incentivos para emitir relatórios mais precisos uma vez que possuem uma maior reputação.

Ou seja, autores como DeAngelo (1981) e Becker et al. (1998), entre outros, argumentam que auditores com um maior número de clientes têm “mais a perder” ao não relatar um erro na informação financeira de uma empresa. Assim, esse fator aumenta a qualidade da auditoria fornecida pelas empresas de maior dimensão.

Salehi et al., (2019) sugerem que esta associação positiva pode ser explicada por estas empresas terem mais recursos e *expertise* para detetar erros nos relatórios das empresas auditadas.

No entanto, alguns estudos mais recentes chegaram à conclusão oposta e sugerem que a qualidade da auditoria de empresas de auditoria de pequena dimensão é igual, ou até superior, à de uma empresa de grande dimensão (Wong, et al., 2016).

Entidades reguladoras e pequenas empresas defendem que a dimensão do auditor não afeta a qualidade da auditoria, e como tal deveria ser irrelevante na seleção do auditor (DeAngelo, 1981).

De acordo com Wong, et al., (2016) uma razão apresentada para explicar esta conclusão é o facto de pequenas empresas de auditoria serem menos diversificadas e, portanto, não podem distribuir o risco entre clientes. Além disso, empresas pequenas têm mais dificuldade em obter cobertura de seguro. Para

compensar essa maior exposição ao risco, estas realizam auditorias de maior qualidade (Wong, et al., 2016).

Segundo Louis (2005) as Não-*Big 4* possuem conhecimento superior dos mercados locais e, geralmente, têm conexões mais próximas e de longa data com a sua comunidade empresarial local. Este conhecimento e relação de confiança permite com que detetem de melhor forma manipulação de resultados.

Ademais, Lennox (1999) argumenta que auditores de maior dimensão são mais propícios a litígios apesar da sua maior precisão, invalidando a hipótese da reputação. Lennox (1999) explica que auditores criticados não sofreram perdas de clientes nem *fees* menores, comparado com auditores não criticados. Isto sugere que a reputação não explica a precisão maior de auditores de maior dimensão.

2.2.2 Características da Empresa Auditada

A literatura sugere que os auditores *Big 4* fornecem uma qualidade da auditoria superior, mas recentes evidências sugerem que essa diferença se deve às características dos clientes e não à dimensão do auditor (Lawrence et al., 2011, Minutti-Meza, & Zang, 2011, citados por Comprix et al., 2015).

A dimensão da empresa auditada é um fator a considerar quando falamos em qualidade de auditoria.

O tamanho da empresa auditada é frequentemente medido na literatura com base no total de ativos da empresa (Dechow et al, 1995; Priyanti et al., 2019).

Priyanti et al. (2019) argumentam que empresas com maior dimensão podem pagar um *fee* de auditoria superior de modo a contratar uma empresa de auditoria maior, que vai ter impacto na qualidade da auditoria. Além disso, empresas de dimensão maior têm um melhor sistema de controlo interno do que empresas de menor dimensão, o que ajudará os auditores no seu processo de auditoria (Priyanti et al., 2019).

Outras características relevantes da empresa auditada, a considerar no contexto da manipulação de resultados são as medidas de *performance* das empresas.

A rentabilidade operacional do ativo (ROA) é amplamente utilizada na literatura (Butler, et al., 2004; Lawrence et al., 2011; Kothari et al., 2005). Esta variável é uma forma de controlar diferenças de *performance* (Van Tendelo et al., 2005; Lawrence et al, 2011).

De acordo com Dechow et al. (2011) os gestores preferem mostrar crescimentos positivos de resultados e, por isso, durante períodos de manipulação os gestores podem estar a tentar demonstrar crescimentos positivos de resultados.

Contudo, Van Tendelo et al. (2005) defendem que empresas com mais alto nível de rentabilidade sobre o ativo têm menos incentivo para manipular.

Muitos estudos sugerem que a variação anual de vendas da empresa é um forte indicador de manipulação de resultados (Beneish, 1999; Dechow et al., 2011, citados por Chen, et al. 2021). Segundo Beneish (1999) o crescimento das vendas não implica necessariamente manipulação de resultados, porém empresas em fase de crescimento são vistas por profissionais como mais propensas a manipular resultados. Isto acontece pela necessidade de financiamento que exercem pressão sobre os gestores a atingirem metas de *performance*.

Ademais, o grau de endividamento da empresa (LEV) e o grau de liquidez geral (CURR) das empresas, de acordo com Lawrence et al. (2011), controlam o impacto do risco financeiro nos *accruals* discricionários.

Kuthari et al. (2005) defendem que empresas que apresentam *accruals* negativos têm maior probabilidade de apresentar dificuldades financeiras.

A evidência é consistente com a visão de que empresas com graves dificuldades financeiras, independentemente do tipo de opinião de auditoria, realizam transações que aumentam a liquidez (e.g., atrasar pagamentos ou

faturar recebimentos) que resultam em *accruals* negativos significativos (Butler et al., 2023).

O grau de endividamento da empresa (LEV) é outro indicador que de acordo com Van Tendelo et al. (2005) pode ter um impacto na manipulação de resultados em duas direções.

Segundo Van Tendelo et al. (2005) pode-se esperar que empresas com alto nível de endividamento se envolvam mais em manipulação de resultados para evitar o incumprimento de restrições impostas por contratos de financiamento.

Alternativamente, explicam Becker et al., (1998), Van Tendeloo et al., (2005) e Lopes (2018) que o alto nível de endividamento pode motivar a qualidade da auditoria, sendo que empresas em dificuldades financeiras apresentam menor tendência a manipular resultados tendo em vista renegociações contratuais dos seus financiamentos, uma vez que existe maior controlo por parte de entidades credoras.

Capítulo 3

Hipótese Teórica e Método

3. 1 Hipótese teórica

A presente dissertação tem como objetivo estudar o efeito da dimensão do auditor na qualidade da auditoria nas empresas em Portugal.

Tradicionalmente, a literatura sugere que a qualidade da auditoria realizada por auditores *Big 4* é superior à realizada por auditores Não *Big 4*. No entanto, alguns estudos mais recentes chegaram à conclusão oposta (Tendelloo & Vanstraelen, 2005; Boone et al, 2010; Lawrence et al., 2011; Wong et al., 2016).

Lopes (2018) mostrou que os *accruals* discricionários são significativamente e positivamente relacionados com a variável *Big 4*.

Em geral, a literatura aponta para argumentos que justifiquem este efeito. A literatura sugere que *Big 4* possuem um incentivo maior para manter a qualidade de auditoria uma vez que possuem uma maior reputação.

Por outro lado, estas apresentam maior *expertise* e recursos, incluindo tecnologias, para detetar erros nos relatórios das empresas auditadas.

Por outro lado, Chen et al. (2021) descobriram que empresas auditadas por *Big 4* têm maior nível de *acrruals* discricionários e mais erros de *acrruals* estimados do que Não *Big 4*.

Um dos argumentos para que isto se verifique é o número de clientes mais limitado em Não *Big 4* e, portanto, não podem distribuir o risco de danificar a sua reputação entre clientes.

Existindo evidências contraditórias sobre o impacto da dimensão do auditor na qualidade da auditoria, há necessidade de examinar essa relação no contexto específico de Portugal. Assim, pretende-se contribuir para a literatura ao examinar a relação entre a dimensão da empresa de auditoria e a manipulação

de resultados em empresas portuguesas, surgindo a seguinte questão de investigação:

Hipótese Teórica: A manipulação de resultados (MR) nas empresas portuguesas varia face à dimensão do auditor.

3.2 Método

De modo a concluirmos sobre a hipótese apresentada nesta dissertação, estimamos a qualidade de auditoria através de um *proxy*, a manipulação de resultados estimada através de *accruals* discricionários. De seguida, através de uma regressão linear pretendemos testar se a manipulação de resultados é influenciada por determinantes. O Modelo de Jones Modificado é amplamente utilizado na literatura para estimar os *accruals* discricionário (Dechow et al. (1995); Choi et al, 2017; Kothari et al., 2015; Comprix & Huang, 2015; Lopes, 2018). Entre os vários modelos de *accruals* discricionários, Dechow et al. (1995) relata que o Modelo de Jones e o Modelo de Jones Modificado apresentam melhores resultados.

A principal diferença entre os dois modelos é que o Modelo de Jones Modificado atribui toda a variação nas contas a receber à manipulação de resultados (Kothari et al., 2015).

Desta forma, é através do Modelo de Jones Modificado que vamos obter a variável *accruals* discricionários (AD), estimando da seguinte Equação (1):

$$\frac{TA_{it}}{A_{it-1}} = \beta_{0g} + \beta_{1g} \frac{1}{A_{it-1}} + \beta_{2g} \frac{(\Delta VN_{it} - \Delta CR_{it})}{A_{it-1}} + \beta_{3g} \frac{AFT_{it}}{A_{it-1}} + \varepsilon_{it}$$

em que,

$$TA_{it} = \Delta AC_{it} - \Delta PC_{it} - \Delta CE_{it} + \Delta DCP_{it} - DA_{it}$$

onde TA_{it} corresponde ao total de accruals da empresa i no ano t ; ΔAC_{it} é a variação do ativo corrente da empresa i entre os anos $t-1$ e t ; ΔPC_{it} é a variação do passivo corrente da empresa i entre os anos $t-1$ e t ; ΔCE_{it} corresponde à variação de caixa e equivalentes da empresa i entre os anos $t-1$ e t ; ΔDCP_{it} corresponde à variação da dívida de curto prazo incluída no passivo corrente da empresa i entre os anos $t-1$ e t ; DA_{it} corresponde às depreciações e amortizações da empresa i no ano t ; A_{it-1} corresponde ao total de ativo da empresa i no ano $t-1$; ΔVN_{it} corresponde à variação de volume de negócios da empresa i entre os anos $t-1$ e t ; ΔCR_{it} corresponde à variação de contas a receber da empresa i entre os anos $t-1$ e t ; AFT_{it} corresponde ao ativo fixo tangível bruto da empresa i no ano t ; e ε_{it} corresponde ao termo de erro da empresa i no ano t .

A Equação (1) é estimada utilizando o método dos mínimos quadrados para cada setor g de atividade. Através das estimativas $\hat{\beta}_{0g}$, $\hat{\beta}_{1g}$, $\hat{\beta}_{2g}$ e $\hat{\beta}_{3g}$ calcula-se uma estimativa dos *accruals* não discricionários, conforme a seguinte equação:

$$\frac{\widehat{AND}_{it}}{A_{it-1}} = \hat{\beta}_{0g} + \hat{\beta}_{1g} \frac{1}{A_{it-1}} + \hat{\beta}_{2g} \frac{(\Delta VN_{it} - \Delta CR_{it})}{A_{it-1}} + \hat{\beta}_{3g} \frac{AFT_{it}}{A_{it-1}}$$

onde \widehat{AND}_{it} corresponde aos *accruals* não discricionários estimados da empresa i no ano t .

Por fim, através dos *accruals* não discricionários estimados conseguimos estimar as estimativas dos *accruals* discricionários:

$$\frac{\widehat{AD}_{it}}{A_{it-1}} = \frac{TA_{it}}{A_{it-1}} - \frac{\widehat{AND}_{it}}{A_{it-1}}$$

onde \widehat{AD}_{it} corresponde aos *accruals* discricionários estimados da empresa i no ano t . Uma vez estimados os *accruals* discricionários é possível quantificar a manipulação de resultados praticada pelas empresas, considerando que a

manipulação de resultados corresponde ao valor absoluto dos *accruals* discricionários estimados:

$$\frac{MR_{it}}{A_{it-1}} = \left| \frac{\widehat{AD}_{it}}{A_{it-1}} \right|$$

onde MR_{it} corresponde à manipulação de resultados com base em *accruals* discricionários da empresa i no ano t .

Por fim, de modo a estudar a questão principal do trabalho foi utilizada uma regressão baseada no modelo de Lawrence et al. (2011).

Dessa forma, utilizamos a seguinte Equação (2):

$$\frac{MR_{it}}{A_{it-1}} = \alpha_0 + \alpha_1 Big\ 4_{it} + \alpha_2 ROA_{it-1} + \alpha_3 LEV_{it-1} + \alpha_4 CURR_{it-1} + \alpha_5 DIM_{it} + \alpha_6 CRES_{it-1} + \alpha_7 LOSS_{it-1} + v_g + w_t + \varepsilon_{it}$$

Onde, $Big\ 4_{it}$ é uma variável binária que assume o valor 1 se a empresa i no ano t for auditada por uma *Big 4*, e 0 caso contrário; ROA_{it-1} corresponde ao retorno operacional sobre os ativos da empresa i no ano $t-1$ ($ROA_{it-1} = \frac{RO_{it-1}}{A_{it-1}}$); LEV_{it-1} mede o nível de endividamento da empresa i no ano t , calculado pelo rácio total de passivos do ano $t-1$ pelo total de ativos do ano $t-1$ ($LEV_{it-1} = \frac{TP_{it-1}}{A_{it-1}}$); $CURR_{it-1}$ é o rácio entre os ativos correntes do ano $t-1$ sobre os passivos correntes da empresa i no ano $t-1$ ($CURR_{it-1} = \frac{TAC_{it-1}}{TPC_{it-1}}$); de acordo com Lawrence et al., (2011) incluem-se as variáveis LEV e CURR de modo a controlar o impacto do risco financeiro nos *accruals* discricionários. DIM_{it} corresponde à dimensão da empresa auditada medida pelo logaritmo de total de ativos da empresa i no ano t ; $CRES_{it-1}$ corresponde ao ratio entre o crescimento anual das vendas, consistindo na variação anual de vendas da empresa i entre os anos t e $t-1$, sobre o total de ativos da empresa i no ano t ($CRES_{it-1} = \frac{\Delta VN_{it}}{A_{it-1}}$); $LOSS_{it-1}$ é uma variável binária que assume o valor de 1 se as empresas tiverem ROA negativo no ano

anterior, ou 0 caso o contrário; por sua vez, v_g corresponde aos efeitos fixos do setor de atividade g ; w_t corresponde aos efeitos fixos do ano t e ε_{it} corresponde ao termo de erro da empresa i no ano t .

De acordo com a revisão de literatura apresentada, não existe um consenso relacionado aos efeitos Big 4 em relação à qualidade de auditoria.

No entanto, face ao exposto, espera-se que o coeficiente da variável Big 4, α_1 , seja estatisticamente significativo, isto é, a manipulação de resultados varie face à dimensão da empresa de auditoria.

² Dividiu-se a variável LEV, ROA e CRES pelo total de ativos do ano anterior por consistência com a variável explicada.

Estimou-se a Equação (2) de duas formas distintas (i) dividiu-se as variáveis LEV e ROA pelo total ativos e (ii) dividiu-se a variável LEV e ROA pelos ativos do ano anterior, que parece não influenciar os resultados da estimação, uma vez que os resultados da Equação (2) permanecem qualitativamente os mesmos em ambas as análises.

Capítulo 4

Aplicação Empírica

4.1 Descrição da Amostra

A amostra escolhida para testar a hipótese é constituída por empresas portuguesas para o período de 2019 a 2022, inclusive (3 anos). Os dados foram recolhidos totalmente através da base de dados Sabi (Sistema de Análise de Balanços Ibéricos).

A seleção da amostra incidiu sobre empresas portuguesas ativas e com forma jurídica de sociedade anónima, sociedade por quotas e sociedade unipessoal por quotas. Foi necessário retirar da amostra as empresas financeiras, que são sujeitas a uma regulamentação diferente e, uma vez que, as suas características não permitem obter certas variáveis utilizadas no Modelo de Jones Modificado. Eliminaram-se também empresas com data de fecho de contas diferentes de 31 de dezembro e empresas com dados em falta para evitar distorção das variáveis.

Excluíram-se da amostra as empresas que não são auditadas por Revisor Oficial de Contas (ROC) ou sem dados do auditor.

Eliminaram-se as empresas com valores negativos de contas a receber, ativo corrente, passivo corrente, caixa e seus equivalentes, dívida de curto prazo incluída no passivo corrente, total de ativos, vendas, ativo fixo tangível bruto, conforme é sugerido por Dechow et al. (2012) e com o capital próprio negativo. Este procedimento serve para evitar *outliers* nas variáveis, que de acordo com Lawrence et al. (2011) introduzem “ruído” na regressão de *accruals* discricionários. Adicionalmente, realizou-se uma *winsorização*, onde substituímos as observações que são inferiores ao percentil 1% ou superiores ao percentil 99% para os valores dos respetivos percentis, em todas as variáveis.

Deste modo, a amostra final é composta por 44.223 observações, que englobam 16.540 empresas.

³ A Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3), elaborada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), é atualmente a classificação mais utilizada em Portugal para descrever a atividade económica principal das entidades portuguesas. Esta classificação organiza as atividades em 21 categorias de A a U. Em particular, a categoria K representa todas as empresas cuja atividade principal são atividades financeiras e de seguros.

4. 2 Estatísticas Descritivas

A Tabela 1 reflete as estatísticas descritivas das variáveis:

Tabela 1: Estatísticas descritivas das variáveis

Variáveis	Nº de observações	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
TA_{it}	44.223	-171,3318	-21,6230	4419,7470	-102.386,6000	110.493,4000
$Big\ 4_{it}$	44.223	0,1748	0	0,3798	0	1
A_{it}	44.223	17.201,1700	5.036,3940	41.910,3500	76,8037	303.138,5000
TP_{it}	44.223	8.553,0690	2.217,2170	21.713,2700	3,5154	159.490,8000
VN_{it}	44.223	10.329,6600	2.808,4110	23.530,1300	0	160.842,4000
RO_{it}	44.223	969,0468	155,8165	2.953,3310	-2999,5160	20.538,8400
TCA_{it}	44.223	7.111,1700	2.436,0490	15.069,5000	7,2001	105.283,4000
TPC_{it}	44.223	4.667,6700	1.254,7210	11.338,4900	0,7410	80.350,1000
CR_{it}	44.223	1.068,6510	84,6848	3.315,2390	0	24.152,3800
DCP_{it}	44.223	1.029,4700	58,3333	3.173,3430	0	23.523,7600
$CAIXA_{it}$	44.223	1.220,9770	246,3407	2.854,0650	0,0030	19.508,3500
AFT_{it}	44.223	7.463,2780	1.383,7750	19.484,9900	0	138.723,5000
DEP_{it}	44.223	319,5010	48,5176	868,0559	0	6.260,6330

TA – Total *accruals*; Big 4 - Variável binária que assume o valor de 1 se as empresas forem auditadas por Big 4, 0 caso o contrário; A – Total do ativo; TP – Total Passivo; VN- Volume de negócios; TCA – Total ativo corrente; TPC – Total passivo corrente; CR – Contas a receber; DCP – Dívida curto prazo incluída no passivo corrente; CAIXA - Caixa e seus equivalentes; AFT – Ativos fixos tangíveis brutos; DEP – Depreciações do período.

A empresa média apresenta um total de *accruals* de -171,33 euros. As empresas apresentam em média um total de ativos e um total de passivos de 17.201,17 milhares de euros e 8.553,07 milhares de euros, respetivamente. Quanto ao volume de negócios, os resultados indicam que a empresa em média apresenta 10.329,66 milhares de euros.

Para estimar o Modelo de Jones Modificado, as empresas foram agrupadas com base na sua atividade industrial, usando o CAE-Rev.3 principal³, dividiu-se a amostra em seis classes: (A) agricultura, floresta, pesca e indústria extrativa; (B)

construção e indústrias transformadoras; (C) transportes ,eletricidade, gás e serviços sanitários; (D) comércio; (E) alojamento, restauração e similares, outras atividades de serviços, atividades imobiliárias e atividades administrativas e dos serviços de apoio; (F) atividades de informação e comunicação, consultoria, científicas, técnicas e similares, administração pública e defesa, educação, saúde humana e apoio social, atividades artísticas, de espetáculos, desportivos e recreativas.

Os resultados, infra na Tabela 2, evidenciam que a capacidade explicativa dos *accruals* não discricionários é diferente entre setores, sendo que, na Classe C (transportes, eletricidade, gás e serviços sanitários) é mais alta e, mais baixa na Classe E (alojamento, restauração e similares, outras atividades de serviços, atividades imobiliárias e atividades administrativas e dos serviços de apoio).

Isto significa que na Classe C e E os *accruals* discricionários conseguem explicar em média, respetivamente, 52,22% e 10,47% das variações dos *accruals* totais.

Conforme os resultados, em média, as empresas manipulam resultados em 18,19% dos seus ativos do ano anterior. Além disso, 17,48% das empresas foram auditadas por Big 4.

Tabela 2: Resultados da Estimação do Modelo de Jones Modificado *Cross-sectional*.

Variáveis	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E	Classe F
Constante	-0,0871* (0,0477)	0,1053** (0,0453)	0,1158** (0,0469)	0,0932* (0,0512)	-0,0913* (0,05179)	0,0159** (0,0142)
$\frac{1}{A_{it-1}}$	-0,0608 (0,0385)	6,1876 (37,3000)	-19,7239 (19,5590)	-2,0257 (12,5548)	136,9073*** (69,7255)	26,7896** (11,1941)
$\frac{\Delta VN_{it} - \Delta CR_{it}}{A_{it-1}}$	-0,0608 (0,0385)	-0,0470 (0,0646)	0,0515 (0,0323)	0,0011 (0,0027)	-0,3166*** (0,1134)	-0,4062* (0,2189)
$\frac{AFT_{it}}{A_{it-1}}$	0,0800 (0,0496)	-0,1430*** 0,0468	-0,1588*** (0,0458)	-0,2148* (0,1150)	-0,0224*** (0,0055)	-0,0475* (0,0243)
R-quadrado	0,1767	0,1939	0,5222	0,2291	0,1047	0,3006
Nº de observações	1,706	11,166	2,968	9,079	12,885	6,449

A –Total de ativos do ano; ΔVN – Variação do volume de negócios face ao ano anterior; ΔCR - Variação de contas a receber face ao ano anterior; AFT – Ativo fixo tangível bruto; Entre parêntesis está o erro padrão robusto; *** = 1% de significância (p-value < 0,0100); ** = 5% de significância (p-value < 0,0500); * = 10% de significância (p-value < 0,1000);

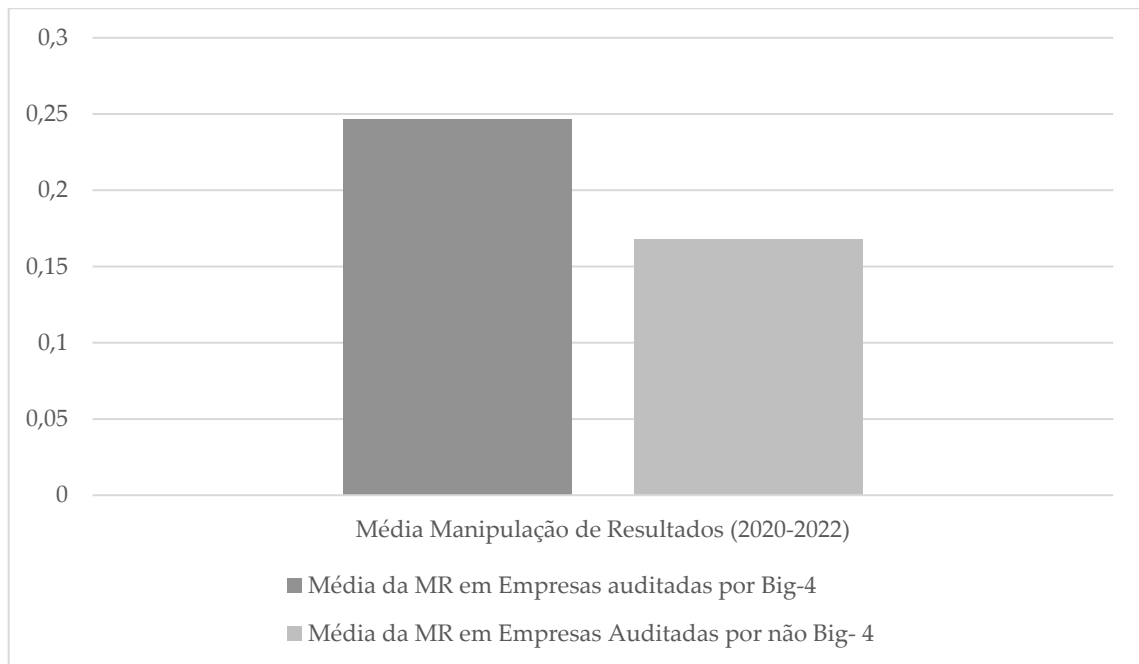
4.3 Análise Preliminar

De modo a responder, ainda que de forma preliminar, à questão de investigação proposta nesta presente dissertação, que pretende compreender se a manipulação dos resultados nas empresas portuguesas varia com a dimensão do auditor, elaborou-se a Figura 1, que apresenta a média de manipulação de resultados pelas empresas auditadas por *Big 4* e Não *Big 4*.

A Figura 1, permite concluir, preliminarmente, que as empresas portuguesas auditadas por Big – 4 apresentam em média níveis mais altos de MR, isto é, que a variável independente pode impactar a variável dependente.

No entanto, este efeito positivo pode estar relacionado com outros fatores, como por exemplo as características da empresa auditada.

Figura 1: Análise preliminar da média de manipulação de resultados em empresas auditadas por Big 4 e Não Big 4.



4. 4 Resultados da Estimação da Equação (2)

A Tabela 4 apresenta os resultados do modelo de regressão linear, estimado de três formas diferentes. Na coluna (i), variável independente Big 4 é a única incluída no modelo; na coluna (ii), são adicionadas as variáveis de controlo como retorno operacional sobre os ativos do ano anterior, grau de endividamento sobre os ativos do ano anterior, *ratio* entre os ativos correntes do ano anterior sobre os passivos correntes do ano anterior, dimensão da empresa, o *ratio* entre a variação anual de vendas face ao ano anterior e a variável binária que assume o valor 1 se o resultado do retorno operacional sobre os ativos do ano anterior for negativo, ou 0 caso o contrário; e na coluna (iii), inclui-se os efeitos fixos de indústria e do ano.

A Tabela (i), onde a variável Big 4 é considerada isoladamente, evidencia que esta é estatisticamente significativa a 1%, logo para um nível de confiança de 99% rejeita-se a hipótese de que a dimensão do auditor não afeta a qualidade de auditoria medida através de manipulação de resultados.

O sinal do coeficiente desta variável indica o impacto negativo que a dimensão do auditor tem na variável dependente, isto é, empresas auditadas por Big 4 apresentam mais manipulação de resultados do que empresas auditadas por Não Big 4.

Por sua vez, quando incluímos as variáveis de controlo na coluna (ii), a variável Big 4 mantém a sua significância estatística de 1%.

A coluna (iii) adiciona os efeitos fixos e do setor de atividade e do ano ao modelo.

Assim, os resultados da coluna (iii) evidenciam o coeficiente da variável Big 4 positivo, pelo que podemos concluir que as empresas auditadas por Big 4 manipulam mais resultados do que as empresas auditadas por não Big 4. Esta permite concluir com o mesmo nível de confiança, 99%, que se rejeita a hipótese

de que a dimensão do auditor não afeta a qualidade de auditoria medida através de manipulação de resultados.

Estes resultados divergem dos apresentados por DeAngelo (1981) e Becker et al., (1998) que defendiam uma associação negativa e significativa entre a dimensão do auditor e a qualidade de auditoria, mas estão em concordância com os resultados apresentados por Chen et al. (2021).

Quanto às variáveis de controlo adicionadas, os coeficientes estão em conformidade com as expectativas delineadas na revisão de literatura apresentada.

A dimensão da empresa auditada, apresenta uma associação negativa significativa com a manipulação de resultados.

Empresas com maior nível de retorno sobre o ativo do ano anterior manipulam menos, o que vai de encontro com o explicado por Van Tendeloo et al. (2005).

Em semelhança aos resultados de Becker et al. (1998), Van Tendeloo et al. (2005) e Lopes (2018) as empresas com maior grau de endividamento face ao ano anterior e grau de liquidez geral manipulam menos, o que pode ser explicado por empresas com dificuldades financeiras que, tendo em vista renegociações contratuais de contratos de financiamento, manipularem menos por haver um maior controlo por entidades credoras.

Quanto ao resultado do retorno operacional do período anterior verifica-se que empresas com resultados negativos no ano anterior apresentam maior nível de manipulação de resultados estatisticamente significativos, isto pode justificar-se de acordo com Dechow et al. (2011) uma vez que os gestores preferem demonstrar crescimentos positivos de resultados. A variável crescimento do volume de negócios evidencia que empresas com variações positivas no volume de negócios face ao ano anterior manipulam mais, o que vai ao encontro com as nossas expectativas, conforme o defendido por Beneish (1999).

A significância das variáveis de controlo na coluna (iii) revela que o nível de endividamento sobre total de ativos do ano anterior, a dimensão do auditor e o resultado do retorno sobre o total de ativos do ano anterior apresentam significância de 1%. O grau de liquidez geral apresenta uma significância de 5%. Em contrapartida, as variáveis crescimento do volume de negócios e o retorno sobre os ativos do ano anterior não são estatisticamente significativas.

Tabela 3: Resultados do Modelo de Regressão Linear.

Variáveis	Nº de observações	(i)	(ii)	(iii)
Constante	44.223	0,1681*** (0,0038)	0,5154*** (0,0200)	0,3837*** (0,0395)
<i>Big 4_{it}</i>	44.223	0,0784*** (0,0038)	0,1332*** (0,0400)	0,1290*** (0,0417)
<i>ROA_{it}</i>	44.223	-	-0,0148 (0,0480)	-0,0148 (0,0473)
<i>LEV_{it}</i>	44.223	-	-0,0164*** (0,0580)	-0,1625*** (0,0577)
<i>CURR_{it}</i>	44.223	-	-0,0000 (0,0000)	-0,0000** (0,0000)
<i>DIM_{it}</i>	44.223	-	-0,0363*** (0,0042)	-0,0301*** (0,0053)
<i>CRES_{it}</i>	44.223	-	0,0151 (0,0121)	0,0152 (0,0122)
<i>LOSS_{it}</i>	44.223	-	0,1598*** (0,0350)	0,1422*** (0,0307)
EF da Indústria	-	Não	Não	Sim
EF do Ano	-	Não	Não	Sim
R-quadrado	-	0,0003	0,0052	0,0062

Big 4 - Variável binária que assume o valor se 1 se as empresas forem auditadas por Big 4, 0 caso o contrário; ROA- Retorno operacional sobre os ativos do ano anterior; LEV - *Ratio* de total de passivos do ano anterior sobre total de ativos do ano anterior; CURR - *Ratio* entre os ativos correntes do ano anterior sobre os passivos correntes do ano anterior; DIM - Logaritmo de total de ativos; CRES - *Ratio* entre a variação anual de vendas face ao ano anterior e o total de ativos do ano anterior³; LOSS – Variável binária que assume o valor de 1 se o ROA do ano anterior for negativo, 0 se o contrário; EF – Efeitos Fixos; Entre parêntesis está o erro padrão robusto; *** = 1% de significância (p-value < 0,0100); ** = 5% de significância (p-value < 0,0500); * = 10% de significância (p-value < 0,1000).

Capítulo 5

Conclusão

O objetivo da presente dissertação foi testar se a manipulação de resultados varia face à dimensão do auditor.

Para uma amostra constituída por 44.223 observações, que consiste em 16.540 empresas portuguesas, entre os anos 2020 a 2022, foi estimado um modelo empírico cuja variável dependente, manipulação de resultados, foi obtida através de *accruals* discricionários pelo Modelo Modificado de Jones de Dechow et al. (1995).

Para determinar os efeitos das variáveis independentes na manipulação de resultados, foi utilizada uma regressão linear, baseada no modelo de Lawrence et al. (2011).

Importa notar que, com base nos resultados obtidos, as empresas portuguesas apresentaram manipulação de resultados de 18,19% do ativo do ano anterior.

Os resultados indicam que as empresas portuguesas auditadas por Big 4 apresentam um maior nível de manipulação de resultados face a empresas portuguesas auditadas por Não Big 4.

Tradicionalmente, a literatura sobre o tema sugere que os auditores *Big 4* estão associados a uma maior qualidade da auditoria face aos auditores Não Big 4, frequentemente referido como o “efeito Big 4” (DeFond et al, 2016).

No entanto, existem também evidências em sentido contrário, como demonstrado por Tendeloo & Vanstraelen (2005), Boone et al., (2010), Wong et al. (2016), que defendem que a qualidade de auditoria é inferior em empresas auditadas por Big 4.

No entanto, é importante considerar que os resultados encontrados podem estar influenciados pelo fato de que os modelos que serviram de base a este

trabalho se centrarem em estudos realizados no contexto empresarial dos Estados Unidos da América (EUA) que é significativamente diferente do cenário português.

Os estudos referentes aos EUA centram-se essencialmente em empresas cotadas que dependem do financiamento dos investidores. Em Portugal, a grande parte das empresas são pequenas e médias empresas (PMEs) não cotadas, de cariz familiar, em que os proprietários geralmente também são os gestores, a fonte de financiamento principal são os bancos e a contabilidade ainda não é encarada como base para a tomada de decisões de gestão, mas elaborada apenas para dar cumprimento às obrigações legais e fiscais existentes.

Este contexto distinto pode influenciar os resultados observados nesta dissertação. Futuras investigações poderão incluir no modelo outras variáveis de controlo que atendam à especificidade do contexto português.

Bibliografia

Arens, A. A.; Elder, R. J., Beasley, M. S., Hogan, C. E. (2017). *Auditing and Assurance Services: An Integrated Approach* (16a ed.). New Jersey. Pearson Education

Becker, C. L., DeFond, M. L., Jiambalvo, J., & Subramanyam, K. R. (1998). The effect of audit quality on earnings management. *Contemporary Accounting Research*, 15(1), 1–24.

Beneish, M. D. (1999). The detection of earnings manipulation. *Financial Analysts Journal*, 55(5), 24–36.

Butler, M., A. Leone, and M. Willenborg. (2004). An empirical analysis of auditor reporting and its association with abnormal accruals. *Journal of Accounting and Economics* 37(2), 139–165.

Carvalho, G. C., Pinheiro, R. B., Sampaio, J., O. (2020). The Dynamics of earnings management in IPOs and the role of venture capital. *Research in International Business and Finance*, 51, 101084.

Chen, J. Z., Elemes, A., Lobo, G. J. (2021). David versus Goliath: The Relation between Auditor Size and Audit Quality for U.K. Private Firms. *European Accounting Review*, 32(2), 447–480.

Choi, J., Lim, H., & Mali, D. (2017). Mandatory audit firm rotation and Big4 effect on audit quality: evidence from South Korea. *Asian Academy of Management Journal of Accounting and Finance*, 13(1), 1-40.

Colbert, G., Murray, D., (1999), State Accountancy Regulations, Audit Firm Size and Auditor Quality: An Empirical Investigation. *Journal of Regulatory Economics*, 16, 267-286.

Comprix, J., & Huang, H. (2015). Does auditor size matter? Evidence from small audit firms. *Advances in accounting*, 31(1), 11-20.

DeAngelo, L. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics*, 3(3), 189–199.

Dechow, P. M.; Hutton, A. P.; Kim, J. H.; (2012). Detecting earnings management: A new approach. *J Account*, 50, 275-334.

Dechow, P. M.; Ge, W.; Larson, C. R.; Sloan, R. G. (2011). Predicting Material Accounting Misstatements. *Contemporary Accounting Research*, 28, 17–82.

Dechow, P., Sloan, R., & Sweeney, A. (1995). Detecting Earnings Management. *The Accounting Review*, 70, 193-225.

DeFond, M., & Zhang, J. (2014). A review of archival auditing research. *Journal of Accounting and Economics*, 58(2–3), 275–326.

DeFond, M., David, H. E., Zhang, J., (2016). Do Clients Characteristics Really Drive the Big N Audit Quality Effect? New Evidence from Propensity Score Matching. *Management Science*, 63(11), 3531-3997.

Diretiva 2014/56/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014. *Jornal Oficial da União Europeia* n.o L 158/196 de 16 de Abril de 2014, 158 p. 196-226.

Dopuch, N., and D. Simunic. 1980. The nature of competition in the auditing profession: a descriptive and normative view. In *Regulation and the Accounting Profession*, 34, (2): edited by J. Buckley and F. Weston, 283-289. Belmont, CA: Lifetime Learning Publications.

Eshelman, J., & Guo, P. (2014). Do Big 4 auditors provide higher audit quality after controlling for the endogenous choice of auditor? *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 33(4), 197-219.

FEE. (2016). Overview of audit quality indicators initiatives. https://www.accountancyeurope.eu/wpcontent/uploads/1607_Update_of_Overview_of_AQIs.pdf

Francis, J., Maydew, E.; Sparks, H. (1999). The role of Big 6 auditors in the credible reporting of accruals. *Auditing: A Journal of Practice and Theory* 18(2): 17-34

GAO. (2003). *Public Accounting Firms: Required Study on the Potential Effects of Mandatory Audit Firm Rotation*.

Jiang, J. X., Wang, I. Y., & Wang, K. P. (2019). Big N auditors and audit quality: New evidence from quasi-experiments. *The Accounting Review*, 94(1), 205-227.

Khurana, I., and K. Raman. (2004). Litigation risk and the financial reporting credibility of Big 4 versus non-Big 4 audits: Evidence from Anglo-American countries. *The Accounting Review* 19 (2): 473-495.

Knechel, W. R., Krishman, G., Peyzner, M., Bhaskar, L. S., Uma, V. (2013). Audit Quality: Insights from the Academic Literature. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 32(1), 1-68

Kothari, S. P., A. Leone, and C. Wasley. (2005). Performance matched discretionary accrual measures. *Journal of Accounting and Economics* 39 (1): 163-197.

Lawrence, A., Minutti-Meza, K., & Zang, P. (2011). Can Big 4 versus Non-Big 4 differences in audit-quality proxies be attributed to client characteristics?. *The Accounting Review*, 86(1), 259–286.

Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro. *Dário da República*, 1.ª série - n.º 174. p. 7135-7177.

Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro. *Diário da República*, 1.ª série - n.º 176. p. 7501-7516.

Lennox, C. S., (1999). Audit quality and auditor size: an evaluation of reputation and deep pockets hypotheses. *Finance Accounting* 26 (7/8), 779–804.

Little Jr., H. T., & Lehkamp, J. M. (2018). The Development of Audit Quality Indicators. *Archives of Business Research*, 6(1), 6–25.

Lopes, A. P. (2018). Audit quality and earnings management. In *Audit quality and earnings management: Lopes, Ana Paula*.

Louis, H. (2005). Acquirers' abnormal returns and the non-Big 4 auditor clientele effect. *Journal of Accounting and Economics* 40 (1-3): 75-99.

Moharanram, P.S. (2003). How to manage earnings management. *Accounting World*, 10 (1), 1-12.

Neri, L., & Russo, A. (2014). A Framework For Audit Quality: Critical Analysis. *Business Management Review*, 3 25-30.

Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. (2014). Regulamento de execução (UE) n.537/2014. *Jornal oficial da união europeia* n.o L 158/ 77 de 27 de abril de 2014, 158, 77–112.

Prazeres, C. M., & Pais, C. A. (2017). The audit quality and the audit firm characteristics in Portugal. *12th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI)*, 1-6.

Priyanti, D. F., & Uswati Dewi, N. H. (2019). The effect of audit tenure, audit rotation, accounting firm size, and client company size on audit quality, *The Indonesian Accounting Review*, 9 (1), 1-14.

Regulamento 537/2014/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014. Jornal Oficial da União Europeia n.o L 158 de 27.5.2014, p. 77–112

Salehi, M., Fakhri Mahmoudi, M.R. and Daemi Gah, A. (2019), A meta-analysis approach for determinants of effective factors on audit quality: Evidence from emerging market, *Journal of Accounting in Emerging Economies*, Vol. 9 No. 2, pp. 287-312

Tendeloo, B., & Vanstraelen, A. (2005). Earnings Management under German GAAP versus IFRS. *European Accounting Review*, 14(1), 155–180.